

A concepção da criação de um indexador diário para a economia e uma breve análise do Plano Real, com base na Teoria Geral da Bidualidade - TGBD

**Por Claudio Braga de Abreu e Silva
Rio, dezembro/96**

Segundo a Teoria Geral da Bidualidade -TGBD, para que algo exista enquanto uma Unidade em equilíbrio externo e interno é necessário que tenha quatro componentes, de duas naturezas (concreta e abstrata) e dois sentidos (positivo e negativo), denominados Unos. Estes quatro Unos devem interagir 2 com 2, formando dois Duais, que são constituídos por dois Unos de mesma natureza e de sentido opostos. E, com isso, formam uma estrutura Bidual, ou seja, um Dual de Duais. Os quatro Unos também devem interagir 3 com 1, formando uma Quadra, que é constituída pelo Terno (que é formado por um Dual e pelo Terceiro Uno) e pelo Quarto Uno, através do qual se faz a interação da Unidade com o seu meio externo. O Dual que não contém o Quarto é denominado Interno, e o outro Dual, que contém o Quarto, é denominado Externo. Para um perfeito entendimento do TGBD, aconselho o seu texto que integra o livreto do CD.

Apenas para exemplificar, e fixar o conceito da TGBD, apresento a bidualidade no caso dos quatro componentes básicos de uma economia. O Dual Interno é formado pelos preços e salários, e interage com o Dual Externo, formado pelo juro e pelo câmbio. O Terno, que representa a economia interna, é formado pelo Dual Interno (dos preços e salários) e pelo Terceiro Uno que é o juro. O Terno interage com o Quarto, que é o câmbio, formando a Quadra. Note-se que é através do câmbio que se dá a relação da economia com o seu meio externo.

A maior aplicação das teses da TGBD, até o momento, foi o denominado Plano Real, que se baseou no trabalho de minha autoria, denominado "*A Indexação Diária Negociada*", de 31/08/93, de subtítulos "*Uma Proposta para a Economia Brasileira*" e "*Contra o Veneno da Cobra, Só o Próprio Veneno da Cobra*". Na primeira versão deste trabalho, de 30/07/93, fiz menção à TGBD, a qual omiti nas suas versões posteriores, por não querer me desviar do assunto principal, que era acabar com a inflação inercial e indexação diferenciada na economia. A seguir apresento como desenvolvi a idéia de criar um indexador diário para a economia, que após certo período de tempo se transformaria na nova moeda forte nacional, e permitiria a dexindexação.

Num período de inflação nula ou quase nula, tal como nas economias do primeiro mundo, a indexação é praticamente inexistente.

Ao começar o processo inflacionário, caso se adote a indexação, como forma de minimizar seu efeitos, a inflação se torna inercial. Isto aconteceu no Brasil, onde surgiram um grande número de indexadores, com o agravante que conter o efeito danoso de diferenciar a indexação, sempre em favor dos juros e do câmbio (que primaram por ter uma indexação total diária) e dos preços (que tinham indexação plena, em período mensal, quando não semanal ou diário), enquanto a indexação dos salários (incluindo pensões e aposentadorias) era parcial e em maiores períodos de reajustes. O outro efeito da indexação diferenciada era o de desorganizar toda a economia, na medida em que tornava impossível se estabelecer com precisão valores de relativos para os componentes econômicos (preços, salários, juros e câmbio), o que, inclusive, resultava no aumento da inflação real, além da inercial, por decorrência do aumento das expectativas dos seus agentes.

Imaginei que ao invés de congelar os preços e salários e proibir a indexação, tal com já havia sido tentado inúmeras vezes e sem sucesso, o caminho certo, face ao elevado patamar de inflação e indexação diferenciada, seria indexar totalmente a economia a nível diário, inclusive os salários. Isto porque, do ponto de vista econômico e social, um período de tempo com indexação total seria muito semelhante, a um período de inflação quase nula e indexação praticamente inexistente. Ressalto que aqui foi fundamental a analogia que fiz com as vacinas anti-ofídicas, onde se usa o próprio veneno da cobra para combater os seus efeitos, saindo daí um dos subtítulos do meu trabalho.

Vejamos agora como se aplica a TGBD para o caso em análise. Note-se que a fase de inflação quase nula e indexação inexistente forma um dual com a fase de inflação máxima e de indexação total, por serem fases semelhantes e opostas. O Terceiro Uno seria a fase da inflação inercial e da indexação diferenciada em que vivíamos. E o Quarto Uno, quem seria? Observei que convertendo-se o indexador diário na nova moeda forte, haveria a queda abrupta da inflação inercial, e que, então, seria possível se proibir toda e qualquer indexação na economia. E com isso fechar o ciclo, e se iniciar uma nova fase de inflação baixa e de indexação inexistente. Ora, esta foi uma proposta que até então não havia sido feita. E muita gente não acreditou que poderia dar certo (inclusive o FMI), mas acabou dando certo. Este foi o novo e o “pulo do gato” do Plano Real, e a característica que o diferenciou dos demais malfadados planos anteriores.

É verdade que já existiam idéias semelhantes ao que propus, entre as quais destaco a do chamado Plano Larida, de 1984, de André Lara Resende e Pérsio Arida, os quais faziam inclusive parte da equipe econômica do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Eu já tinha ouvido falar desta proposta, mas não a conhecia em detalhes. Sem dúvida foi um trabalho brilhante e de vanguarda, particularmente considerando-se a data em que foi feito, e a sua abordagem da questão da inflação inercial. Havia contudo uma diferença fundamental do Plano Larida em relação à minha proposta, e que, a meu ver, o tornava inviável: ele previa a convivência de duas moedas efetivas na economia, uma forte e uma fraca, ao invés de apenas mais um indexador e uma única moeda, tal como propus.

Se a idéia do Plano Larida era fazer a transposição da moeda fraca para a moeda forte ao longo de um certo período de tempo, sem imposição e por livre negociação entre as partes, como iria ser calculada a taxa de câmbio entre estas duas moedas? Os autores para contornar tal questão propuseram se estimar a inflação futura na moeda fraca pela sua inflação passada, verificada na data da criação da moeda forte, o que certamente iria causar enormes distorções.

Note-se que para determinar-se a taxa de câmbio entre as duas moedas seria necessário se determinar a inflação em cada uma destas moedas. Ocorre que a inflação só pode ser determinada em uma única moeda. Assim, na medida que os preços fossem sendo convertidos da moeda fraca para a forte, seria necessário, para se determinar a inflação em cada uma das moedas, se utilizar a própria taxa de câmbio entre elas para converter os preços de uma moeda para a outra. Contudo, a taxa de câmbio era justamente a variável a ser determinada. Assim, ter-se-ia um absurdo matemático, onde a variável é função dela mesma. Por outro lado, seriam os pobres, detentores da moeda fraca que iriam sofrer mais com essa conversão, dado que tenderia a haver hiper-inflação na moeda fraca, pois ninguém iria querer ficar com ela. E, assim, o período de convivência das duas moedas teria de ser obrigatoriamente encurtado, o que se contraporria ao objetivo de ser longo o suficiente para uma perfeita conversão dos componentes da moeda fraca para a moeda forte.

Na minha idéia original propus um período maior de vigência para o Indexador diário, que denominei de cruzeiro cambial - por ser definido a partir das cotações de uma cesta de moedas estrangeiras-, de forma que os preços e salários pudessem atingir um alinhamento natural, ressaltando que qualquer aumento de preço real seria captado pelo indexador, redistribuindo, assim, seu efeito por toda a economia. Por outro lado, os agentes econômicos sabendo que o indexador iria vigorar por um período longo, de dezoito meses ou mais, tal como propus, não iriam fazer aumentos de preços no início e término da vigência do indexador, conforme ocorreu com a URV, que durou apenas quatro meses, e teve o seu uso muito restrito. Isto não permitiu que diversos preços e contratos (como os aluguéis e planos de saúde), pudessem se converter para a URV, antes da criação do Real, o que acabou gerando inflação na nova moeda.

Além disto, um período maior de vigência do indexador também possibilitaria que fossem feitas as reformas estruturais antes da criação da nova moeda, que permitissem um orçamento equilibrado, ou financiado por juros e prazos adequados. Além disto, propus que o indexador fosse também introduzido no mercado financeiro, o que não foi feito. Com isto seria possível reduzir a taxa de juros real, simplesmente pela queda das expectativas, e pela sua exata medição, pois a variação do indexador proposto refletiria a da inflação. Por outro lado, como o indexador que propus era atrelado ao câmbio, e como a variação do câmbio deveria acompanhar a da inflação, não poderia ter havido a sobrevalorização cambial.

Acontece que as ambições eleitorais pesaram. E com isso, apesar de existirem divergências dentro da equipe econômica, conforme foi divulgado na imprensa, resolveram encurtar a vigência da URV, e criar logo o Real. Com isso tiveram de compensar: apreciaram o câmbio, favorecendo ainda mais as importações (que já haviam sido beneficiadas pelo rebaixamento das tarifas), e aumentaram a taxa de juros para atrair o capital externo. E partiram para uma política de arrocho salarial: primeiro, permitindo apenas sua indexação anual, e depois simplesmente proibindo, prematuramente, a sua indexação, enquanto que o mercado financeiro, contratos (de prestação de serviços, aluguéis e outros), bem como preços e tarifas permaneceram protegidos contra a inflação. E para completar, por falta de decisão política, não fizeram as reformas estruturais necessárias. E sim apenas algumas reformas constitucionais de caráter neo-liberal, totalmente inócuas para a questão da inflação. A reforma tributária e fiscal, o combate à sonegação, o alongamento e redução dos juros da dívida pública, entre outras medidas de interesse, sequer foram iniciadas.

Assim, acredito que atualmente o Plano Real esteja ameaçado em sua consolidação, na medida em que resolveram parcialmente um problema, que é o da inflação, mais criaram outro, que é o câmbio apreciado, que exige uma política de juros altos, seja para manter o capital estrangeiro, seja para conter o crescimento, e com isto tentar conter o aumento das importações, para não piorar a questão do déficit comercial externo, que no início do plano era superávit. Isto tudo porque não aproveitaram integralmente as minhas idéias - particularmente no que se refere a um período maior para a URV. Vem daí câmbio irreal, o juro escorchantes, o aumento da inadimplência das pessoas e empresas, os preços ainda não estáveis e alinhados, e o arrocho salarial (que está apenas começando) e as questões da elevação do endividamento público interno e do endividamento externo, com ameaças futuras no que se relaciona ao balanço de pagamentos. E o pior ainda está por vir, pois acredito que a maxidesvalorização do câmbio é inevitável, sendo apenas uma questão de tempo. E para atrapalhar ainda mais colocaram a questão da reeleição, que embora não seja contrário, acredito que poderá inibir as mudanças necessárias, particularmente com relação ao câmbio. Em síntese, o Plano Real, em que pese o seu sucesso parcial, hoje não está melhor por que não bidualizou, pois suprimiram a minha fase de estabilização, criando logo Real para ganhar a eleição.